

ARTIGO - 4. AS PERSPECTIVAS DA CONSERVAÇÃO DESDE O SUL
GLOBAL: PATRIMÔNIO PARA TODOS: DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL /
REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO: NARRATIVAS PLURAIS E MEMÓRIAS
SILENCIADAS / NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS NA GESTÃO,
VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

**SÃO JOÃO MARCOS, DESTRUÇÃO, REMOÇÕES E O NOVO USO DO
ESPAÇO DA CIDADE**

Pedro Valle Souza (pedrovshistoria@gmail.com)

O presente estudo analisa o processo de destruição da cidade de São João Marcos, no Vale do Paraíba fluminense, e as transformações territoriais decorrentes de todo o processo. A partir disso e dos conceitos de territorialidade, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade, conforme as formulações de Rogério Haesbaert e Milton Santos. A cidade, de grande relevância econômica e cultural nos séculos XVIII e XIX, foi demolida e parcialmente alagada na década de 1940 para a ampliação da represa de Ribeirão das Lajes, sob responsabilidade da empresa Light S.A., resultando na remoção forçada de sua população e na perda de vínculos afetivos e identitários com o espaço.

O processo de desterritorialização ocorreu de forma violenta, implicando não apenas a desapropriação física, mas a ruptura de laços culturais e sociais construídos por gerações. Haesbaert ressalta que tal fenômeno não significa ausência total de território, mas sua reconfiguração, frequentemente acompanhada de reterritorialização, quando indivíduos ou grupos criam novas formas de pertencimento. No caso marcosense, isso se materializou na

reorganização de vidas em novas localidades e na preservação da memória coletiva por meio de narrativas, objetos e visitas às ruínas.

A multiterritorialidade manifesta-se entre ex-moradores e descendentes que, mesmo estabelecidos em novos espaços, mantêm vínculos simbólicos com a cidade submersa. Essa condição, segundo Haesbaert, evidencia a complexidade das identidades territoriais na contemporaneidade. A perspectiva de Milton Santos complementa essa análise ao compreender o território como espaço vivo, produto das relações entre sociedade, técnica e tempo histórico, ressaltando a perda irreparável que o desaparecimento de um lugar representa para seus habitantes.

Após a destruição, o território foi arrendado para pecuária por cerca de sete décadas, marcando um período de abandono e apagamento material. Apenas na década de 1990 iniciaram-se ações de reconhecimento e proteção, culminando com a criação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos em 2011, configurando um processo de reterritorialização simbólica e educativa. Entretanto, tal resignificação apresenta contradições, por vezes minimizando o impacto social da remoção e do apagamento histórico.

O estudo revela que a trajetória de São João Marcos condensa disputas entre interesses locais, nacionais e estrangeiros, exemplificando conflitos recorrentes na história brasileira envolvendo patrimônio cultural, desenvolvimento econômico e memória social. A análise demonstra que, embora fisicamente ausente, a cidade permanece viva no imaginário e na identidade de seus antigos moradores e descendentes, reafirmando a centralidade dos conceitos geográficos adotados para compreender a complexa relação entre espaço, memória e resistência.

Palavras-chave: territorialidade; desterritorialização; memória; são joão marcos.